TANGARÁ DA SERRA

Município inicia obras de ampliação de centros de ensino e construção de nova creche

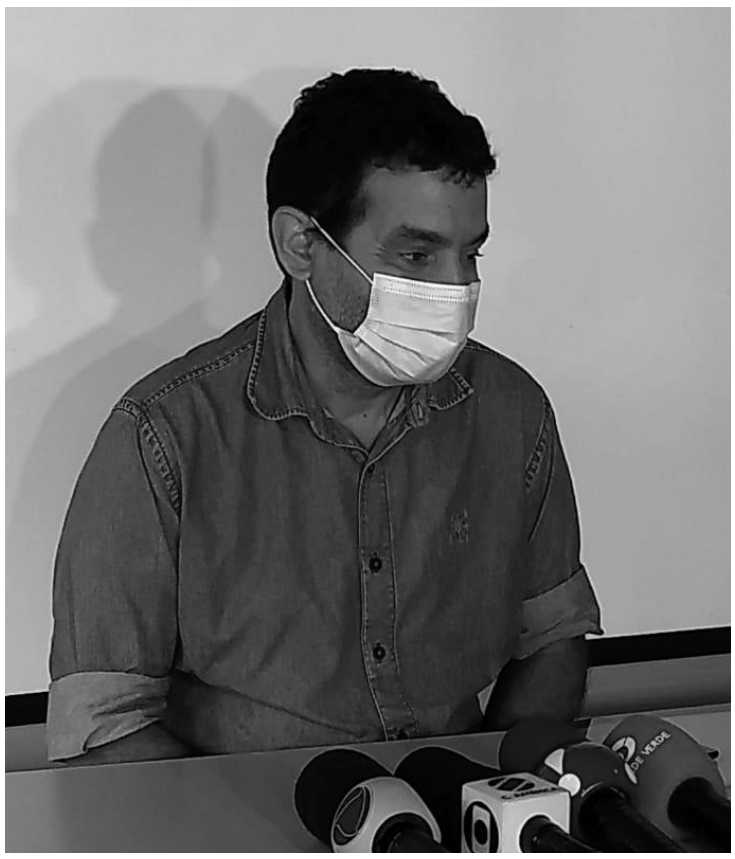
Serão mais de cinco escolas que receberão serviços de melhorias

FABÍOLA TORMES / Redação DS

Com objetivo de atender a crescente demanda por vagas na educação infantil e adequar as unidades educacionais quanto as normas de segurança, que o Executivo Municipal de Tangará da Serra, através da Secretaria Municipal de Educação (Semec), iniciará nos próximos dias diferentes projetos para ampliação e reforça de centros de ensino.

De acordo com o secretário de Educação, Vagner Constantino, serão mais de cinco escolas que receberão serviços de melhorias, entre elas os Centros Municipais de Ensino Jesu Pimenta de Sousa, João Maria do Nascimento, Professor José Nodari, Tia Lina, Leonardo Cezar Vendrame e Irmã Maris Stella. "Fizemos uma análise, onde estão os pontos de gargalos do município e estamos produzindo projetos que vem de encontro a resolver essa situação da educação infantil", explica.

"Da mesma forma estamos também adequando todas as nossas escolas [normas de segurança], adequando todas as nossas estruturas, para que a gente tenha o alvará do bombeiro, em todas as nossas unidades".



Secretário de Educação

> Projetos que vem a resolver essa situação da educação infantil

Além disso, o município se prepara para também iniciar a construção de uma nova creche, com 11 salas, no Jardim dos Ipês; assim como a construção de novas escolas (sistema modular), na maioria das aldeias indígenas e na região do Chapadão do Parecis. "Uma escola novinha naquele ponto, naquela comunidade, visando atender as demandas do Município de Tangará da Serra".

OBRAS E PRAZOS – A creche Jesu Pimenta receberá mais de seis salas de aula, para atender a região. O projeto está em fase de conclusão e ficará pronto dentro dos próximos 30 dias.

Na Escola José Nodari será construído novo piso, remodelação da rampa, atendendo recomendações do Corpo de Bombeiros, além da ampliação de salas. A licitação desta obra ocorrerá em setembro e início dos trabalhos no final deste ano.

A João Maria receberá novas salas de aula e readequação das antigas, para implantação da sala de berçário. O projeto para melhorias dessa unidade também está em fase de conclusão e ficará pronto dentro dos próximos 30 dias. Das unidades Leonardo Vendrame e Irmã Maris Stella os projetos ainda estão sendo trabalhados.

O processo mais adiantado é o da Creche Tia Lina, em fase de licitação. "Dando tudo certo, no máximo em 40, 45 dias vamos iniciar essa obra, uma das maiores".

Já as indígenas e a do Chapadão irão para processo de licitação nos próximos 20 dias, assim como a nova creche, no Jardim dos Ipês, que seguirá em breve para licitação. A expectativa é de que iniciem as obras nos próximos 60 dias.

O recurso para parte dessas melhorias foi apreciado em sessão ordinária da Câmara de Vereadores desta terça-feira, 6, através do Projeto de Lei nº 23/2021, para abertura de crédito especial no valor de R$ 9.373.187,13.

O projeto permite, além da ampliação de três dessas unidades, a aquisição de gêneros alimentícios para a Merenda Escolar, para a manutenção do Transporte Escolar, bem como atender demandas quanto a manutenção dos centros municipais de ensino.

MATO GROSSO

Projeto que torna educação serviço essencial é aprovado

LUIZ G. NETO / TV Centro América

O projeto de lei que torna a educação serviço essencial durante a pandemia foi discutido e aprovado, em primeira votação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). No entanto, a segunda votação e demais discussões ficaram para a semana que vem.

Ao definir como atividade essencial, o projeto de lei número 21 de 2021, do deputado Elizeu Nascimento (PSL), diz que a educação não estará mais sujeita a suspensões ou interrupções durante o período da pandemia.

O deputado defende que as escolas teriam sim condições de oferecer segurança para estudantes e profissionais da educação.

Houve um debate longo entre deputados contrários e favoráveis ao projeto. Quem defende o texto diz que há exemplos de cidades que conseguiram oferecer aulas presenciais com segurança.

Já outros deputados defenderam que primeiramente deveria ocorrer a vacinação dos profissionais da educação.

O projeto teve os pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Constituição E Justiça Da Assembleia.

O projeto foi votado em primeira votação, mas antes de seguir para a votação final, o deputado Tiago Silva (MDB), pediu vista. Ele tem o prazo de uma semana para devolver o texto ao plenário.